



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição, via sistema de registro de preços, de **produtos odontológicos e medicamentos**.

ACOLHIMENTO, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DO PREGÃO:

- Término do acolhimento das propostas eletrônicas e início da sessão do Pregão e oferecimento de lances: **14h00 do dia 22 de junho de 2015**

REALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA:

- Portal de Compras do Governo Federal: site www.comprasnet.gov.br

ENDEREÇO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO:

- Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba/PR
- CEP: 80430-180

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

➤ ***Dúvidas sobre o edital:***

- Secretaria de Licitações e Contratos
- Av. Vicente Machado, 147, 10º andar, centro, Curitiba-PR
- E-mail: licitacao@trt9.jus.br
- Fone: 0xx (41) 3310-7375

➤ ***Credenciamento e dúvidas na operação do sistema do COMPRASNET:***

- Central de Atendimento do *Comprasnet*, **telefone: 0800 978 2329**, ou no site www.comprasnet.gov.br, link AJUDA.

REFERÊNCIA DE TEMPO:

- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ÍNDICE	
1. EDITAL:	
TÍTULO	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
3	DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
4	DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
5	DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
6	DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO
7	DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
8	DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
9	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
10	DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO
11	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13	DA CONTRATAÇÃO
14	DAS PENALIDADES
15	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2. ANEXOS AO EDITAL:	
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2015

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba/PR, CNPJ n.º 03.141.166/0001-16, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *INTERNET*, licitação na modalidade **PREGÃO, na forma eletrônica**, tipo menor preço, regida pelos Decretos n.º 5.450/2005 e 7.892/2013, Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e legislação correlata.

1 - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente processo licitatório o registro de preços de **produtos odontológicos e medicamentos**, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência deste edital.
- 1.2 Nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123/2006, esta licitação é destinada **EXCLUSIVAMENTE** à participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou de cooperativas de que trata o art. 34 da Lei n.º 11.488/2007.
- 1.3 Havendo divergências entre as especificações do objeto cadastradas no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET e as contidas no edital, prevalecerão as descrições deste último.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1 Este Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, e dotado de recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as suas fases.
- 2.2 O TRT da 9ª Região utilizará o **Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET** para a realização desta licitação.
- 2.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidor do TRT da 9ª Região, designado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o COMPRASNET, ao qual cabe, em especial, as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005.
- 2.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília–DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

3 - DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, e que estejam previamente credenciados no COMPRASNET.
- 3.2 Para acesso ao sistema eletrônico COMPRASNET, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de **chave de identificação (login) e senha pessoal (intransferíveis)** os quais serão fornecidos após credenciamento prévio no site www.comprasnet.gov.br e conseqüente apresentação dos documentos exigidos para credenciamento nos órgãos cadastradores.
 - 3.2.1 O TRT 9ª Região não é órgão cadastrador, devendo o interessado, após efetuar o credenciamento prévio, dirigir-se a uma das unidades cadastradoras relacionadas no site www.comprasnet.gov.br, “Ajuda”, “Sicaf”, “Onde se Cadastrar?”.
 - 3.2.2 Mais informações na Central de Atendimento do COMPRASNET, telefone: 0800 978 2329, ou no site www.comprasnet.gov.br.
- 3.3 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.4 Caberá ao licitante interessado em participar deste pregão:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- a) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
 - b) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances formulados, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
 - c) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - d) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.5 Não será admitida a participação de empresas:
- a) que não se enquadrem como microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas;
 - b) cujo ramo de atividade econômica não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
 - c) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
 - d) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - e) estrangeiras que não funcionem no país;
 - f) que detenham a condição de inidôneas perante a Administração Pública (art.87, inc.IV da Lei nº 8.666/1993);
 - g) que estejam suspensas de licitar e contratar temporariamente com este Tribunal (art.87, inc.III da Lei nº 8.666/1993);
 - h) que estejam impedidas de licitar e contratar temporariamente com a União (art.7º da Lei nº 10.520/2002).
- 3.6 A apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 3.7 O representante da licitante deverá identificar, em campo próprio do sistema eletrônico, o tipo de segmento da empresa (microempresa, empresa de pequeno porte, cooperativa) que representa, em atenção ao que prescrevem a Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei nº 11.488/2007.
- 3.8 Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos neste procedimento licitatório.
- 3.8.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

4 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, ao correio-eletrônico licitacao@trt9.jus.br.

5 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 5.1 A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma do Decreto 5.450/2005, da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/1993.
- 5.1.1 Até 2 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 5.1.2 Se procedente e acolhida à impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- 5.2 O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 As licitantes deverão cadastrar proposta de preços até a data e hora marcadas neste edital, exclusivamente por meio eletrônico.
- 6.2 Até a abertura da sessão as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3 Ao cadastrar sua proposta no sistema eletrônico, a licitante deverá ofertar **PREÇO UNITÁRIO** para o ITEM do qual deseje participar.
- 6.4 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (R\$) e será considerado completo, abrangendo todos os tributos, encargos e ônus de qualquer natureza incidentes sobre o objeto licitado.
- 6.5 A proposta oferecida terá validade não inferior a 90 dias, contados da data da sessão do pregão.
- 6.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1 A partir do horário previsto, terá início a sessão pública do Pregão, com divulgação das propostas apresentadas, sem identificar seus autores, passando-se ao início da disputa.
- 7.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 7.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5 Classificadas as propostas o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.6 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, todos os participantes serão informados, em tempo real, do respectivo horário de registro e valor, vedada a identificação do licitante.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 Caso sejam registrados pelo sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido primeiro.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo Pregoeiro, com aviso de fechamento iminente dos lances. Após, transcorrerá período de tempo de até 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes através do sítio oficial do COMPRASNET - www.comprasnet.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 7.12 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 7.13 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado pelo Tribunal, e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante para que seja obtido valor mais vantajoso, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.14 Após a aceitação da proposta mais bem colocada será verificada a habilitação da licitante detentora do menor lance através de consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos, conforme disposição deste edital.
- 7.15 Sendo aceitável a proposta, a licitante detentora do menor preço deverá apresentar em até às 12h00 (meio-dia) do primeiro dia útil subsequente à solicitação do pregoeiro, a proposta ajustada ao valor do último lance ofertado (em conformidade com o modelo do ANEXO II deste edital) e os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF.
- 7.15.1 Os valores finais (unitários e totais) da proposta deverão ser expressos até a segunda casa decimal (ex.: R\$ 0,15). Os arredondamentos que se fizerem necessários deverão ser para menor.
- 7.16 A proposta ajustada ao lance final e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br).
- 7.17 A proposta e os documentos apresentados por correio-eletrônico deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, **no prazo máximo de 3 dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro, para o endereço:

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Secretaria de Licitações e Contratos
Rua Vicente Machado, 147 - 10º andar - Centro, Curitiba-PR - CEP
80420-010
CONTEÚDO: DOCUMENTAÇÃO REF. **PREGÃO 36/2015**

- 7.18 Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, a licitante detentora do menor preço será declarada vencedora.

8 – DAS AMOSTRAS

- 8.1 As licitantes detentoras do menor lance final PARA OS ITENS 20, 41, 64, 65, 66, 67, 68, 76 e 77 deverão apresentar amostras dos produtos ofertados, as quais deverão ser entregues no endereço abaixo indicado, dentro do prazo máximo de cinco dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro:
- **Seção Médico-Odontológico**
Rua Vicente Machado, nº 147, Centro, Curitiba-PR, CEP 82.010-420
Horário: das 10h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
Fone (41) 3310-7329
- 8.2 **Caso a marca seja uma das indicadas como referência, fica a empresa desonerada da apresentação de amostra.**
- 8.3 Os encargos decorrentes do envio e da retirada posterior da amostra apresentada são de responsabilidade exclusiva da própria licitante.
- 8.4 A amostra deverá estar devidamente **identificada** com o nome da **licitante e do processo da licitação (PO 036/2015)**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 8.5 O produto apresentado como amostra poderá ser aberto e submetido aos testes necessários, sendo devolvido à **licitante** no estado em que se encontrar ao final da avaliação.
- 8.6 Após a homologação do certame **e independentemente de comunicação prévia, a licitante terá 60 (sessenta) dias para retirar a amostra** no endereço em que a entregou. Após esse prazo, não havendo retirada da amostra, e essa será descartada pelo Tribunal.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 O critério de julgamento será o legalmente previsto para licitações do tipo MENOR PREÇO.
- 9.2 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora a licitante que, obedecidas às condições estabelecidas neste Edital, apresentar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO PARA O ITEM**.
- 9.3 Se a proposta/lance de menor valor não for aceitável, se a licitante não atender às exigências habilitatórias ou não encaminhar os documentos de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, bem como a documentação para habilitação e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.4 Serão desclassificadas as propostas:
- I. Que consignarem preços simbólicos, irrisórios, sejam alternativas ou tenham sido formuladas em desacordo com os requisitos estabelecidos no edital.
 - II. Que sejam omissas, vagas, imprecisas ou que apresentem irregularidade capaz de dificultar o julgamento do pregoeiro.
 - III. Que apresentem preços superiores aos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência – deste edital.
 - IV. Que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, bem assim àquelas que, por solicitação do pregoeiro, não vierem a ter sua exequibilidade demonstrada.
 - V. Que não atendam as demais condições previstas neste Edital.
 - VI. **Das licitantes que tiverem a amostra de seu produto rejeitada pelo Tribunal.**
 - VII. **Das licitantes que não entregarem amostra do produto cotado ou as entregarem fora do prazo estabelecido no item 8.1.**
- 9.5 Todas as propostas apresentadas deverão ser firmes e precisas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que impeça o pregoeiro de formular um julgamento objetivo, devendo as licitantes se limitar às especificações do edital.
- 9.6 Os erros, equívocos e omissões havidos na formulação da proposta serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.
- 9.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

- 10.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos (§ 1º, art. 25 do Decreto nº 5.450/05).
- 10.2 Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, será exigido o envio da documentação via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br), conforme determinação do Pregoeiro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

10.3 Para comprovação da habilitação se faz necessária à apresentação dos seguintes documentos:

10.3.1 - Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - b.1) A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das posteriores alterações, se houver;
- c) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
 - c.1) Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3.2 - Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, relativo aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
- b) Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS).
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.3.2.1 As microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas contempladas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007 deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 10.3.2), mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do TRT, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao TRT convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para dar continuidade à licitação ou revogá-la.

10.3.3 - Qualificação técnica

- a) A empresa deverá apresentar documentos que comprovem autorização de funcionamento concedida pela Anvisa, consubstanciada pela Lei 6.437/1977, bem como pela RDC 16/2014 e, também, pelas Portarias SVS/MS 344/1998 e SVS/MS 06/1999.

10.3.4 - Para cumprimento do inciso XXXIII, do art 7º, da Constituição Federal de 1988:

- a) DECLARAÇÃO, a ser feita em campo próprio do sistema, de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze.

10.3.5 – Da documentação complementar:

- a) **DECLARAÇÃO**, a ser feita em campo próprio do sistema, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.4 Não serão aceitos protocolos de solicitação de emissão de documento em substituição aos exigidos neste edital.
- 10.5 O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências relacionadas ao esclarecimento da proposta ou da documentação apresentada.
- 10.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (§ 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05).

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 11.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4 Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente instruído à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do processo licitatório.

12 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 ASSINATURA DA ATA

- 12.1.1 Homologado o Pregão, a Licitante Vencedora será convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme minuta anexa a este Edital, a qual terá o **prazo de até cinco dias úteis**, contados da intimação, para assinar o referido documento.
- 12.1.2 O disposto no item 12.1.1 aplica-se à celebração de eventuais aditivos à Ata de Registro de Preços.
- 12.1.3 Caso a Licitante Vencedora se recuse a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estipulado, poderão ser examinadas as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.
- 12.1.4 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do TRT da 9ª Região. A existência dos preços registrados não obriga o Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.2 VIGÊNCIA DA ATA



12.2.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de doze (12) meses, contados de sua assinatura.

12.3 UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

12.3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, obedecidas as disposições estabelecidas no artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013.

11.3.2 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento das quantidades registradas para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.3.3 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.4 REVISÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DA ATA

12.4.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser revisada, alterada ou cancelada, obedecidas as disposições contidas nos artigos 17 a 21 do Decreto 7.892/2013 e nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002.

12.5 CADASTRO DE RESERVA

12.5.1 Nos termos do art. 11, inc. II do Decreto nº 7.892/2013, será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1 Durante a vigência da ata de registro de preços, o Tribunal poderá emitir nota de empenho ou instrumento equivalente, o qual será encaminhado à licitante vencedora via correio eletrônico ou outro meio de transporte de correspondência.

13.2 Os termos previstos no presente edital e seus anexos, a Ata de Registro de Preços, a proposta apresentada pela licitante vencedora e o recebimento da nota de empenho ou de instrumento equivalente formalizarão a contratação.

13.3 Caso a licitante vencedora não faça comprovação das condições exigidas para efetivação da contratação ou, injustificadamente, se recuse a formalizá-la, o pregoeiro, sem prejuízo das sanções previstas em edital e das demais cominações legais, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13.4 As condições de habilitação consignadas neste edital deverão ser mantidas pela contratada durante a vigência da contratação (§ 2º, art. 27, do Decreto 5.450/2005).

13.5 Os prazos da contratação poderão ser prorrogados pela Ordenadoria da Despesa deste Tribunal, desde que ocorra motivo justo, devidamente fundamentado e solicitado antes do prazo final.

13.5.1 Os pedidos de prorrogação deverão ser instruídos com as provas necessárias a sua concessão, nos termos do § 1º, do artigo 57, da Lei 8666/1993.

13.6 A contratação decorrente deste procedimento poderá ser alterada unilateralmente pelo Tribunal ou por acordo das partes, observado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/1993.

13.7 A rescisão da contratação, quanto aos casos em que poderá ocorrer e as formas de sua efetivação, bem como suas consequências, será regida pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/1993 e pelo contido no presente edital.

14 - DAS PENALIDADES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 14.1 Nos termos do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, recusar o recebimento da nota de empenho ou de instrumento equivalente, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no termo de referência e das demais cominações legais.
- 14.2 Demais sanções estão descritas no Anexo I – Termo de Referência – deste Edital.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse público, do princípio da isonomia e da segurança da futura contratação.
- 15.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.3 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, nos termos do § 2º, do artigo 29, do Decreto 5.450/05.
- 15.4 Simples omissões ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, e que não causem prejuízo à Administração e às licitantes, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro.
- 15.5 É facultada ao Pregoeiro e/ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado.
- 15.6 É competente o foro da Justiça Federal - subseção Judiciária de Curitiba-PR para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.
- 15.7 Informações e/ou esclarecimentos, bem como pedidos de providências relativos ao presente Edital, poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, no horário das 12h às 18h, pelo telefone (41) 3310-7342, ou pessoalmente junto à Secretaria de Licitações e Contratos - SLC deste Tribunal, situada na Av. Vicente Machado, n.º 147, 10º andar - Curitiba-PR.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

Patrícia Aimée Bruel Antonio
Ordenadora da Despesa



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação destina-se ao registro de preços para aquisição dos itens relacionados no ANEXO II (OBJETOS, QUANTIDADES, PARTICIPANTES E PREÇOS UNITÁRIOS) deste edital.

2 DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- 2.1 Justifica-se a aquisição dos produtos em razão da necessidade de abastecimento dos estoques para a manutenção das atividades na área odontológica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

3 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1 Os dispêndios decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos orçamentários próprios deste Tribunal, na classificação do Programa de Trabalho – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, e Elementos de Despesas 3.3.90.30 – Material de Consumo.

4 DOS PREÇOS MÁXIMOS

- 4.1 Os preços unitários máximos da presente contratação estão relacionados no ANEXO II (OBJETOS, QUANTIDADES, PARTICIPANTES E PREÇOS UNITÁRIOS) deste edital.

5 DO PRAZO E DOS LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO

- 5.1 O prazo para a entrega será de no máximo **10 dias**, contados da data que a empresa contratada receber a nota de empenho.
- 5.2 As entregas deverão ser feitas no seguinte endereço:
- **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO:**
Seção Médico-Odontológica
Rua Vicente Machado, nº 147, 4º andar - Centro - Curitiba/PR
Telefone: 3310-7438
- 5.3 As entregas de quantidades remanescentes da Ata de Registro de Preços, se solicitadas, deverão ser realizadas no mesmo prazo estipulado no item 5.1 deste Termo de referência.
- 5.4 **Todos os produtos solicitados no momento da entrega deverão ter seu prazo de validade a vencer em pelo menos 80% da validade.**

6 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1 Na forma do que dispõe o art. 73 da Lei nº 8.666/1993, os **produtos** serão recebidos:
- I. **Provisoriamente**, no ato de cada entrega, juntamente com a nota fiscal;
 - II. **Definitivamente**, dentro do prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento provisório e após a verificação das condições estabelecidas no edital deste certame.
- 6.2 Os produtos entregues em desconformidade com o especificado neste instrumento ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los no tempo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 6.3 A notificação referida no subitem anterior suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a falha seja sanada.
- 6.4 Independentemente da aceitação definitiva, a Contratada deverá garantir a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva validade pelo produtor ou fornecedor, obrigando-se a repor aquele impróprio para o uso, desde que a deterioração do material não tenha ocorrido por guarda, emprego ou manuseio indevido de responsabilidade do Tribunal.

7 DOS DEVERES DO TRIBUNAL

- 7.1 Caberá ao Tribunal as seguintes medidas decorrentes desta contratação:
- I. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
 - II. Fiscalizar a entrega do objeto, relatando e comprovando, por escrito, as eventuais irregularidades;
 - III. Receber e conferir a especificação do objeto entregue e, estando regular, efetuar pagamento nos prazos e condições estabelecidos.

8 DOS DEVERES DA CONTRATADA

- 8.1 Competirá à CONTRATADA:
- I. Responder, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/1993, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da presente contratação;
 - II. Facilitar a fiscalização do objeto contratado;
 - III. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do art. 54, caput, da Lei 8.666/1993;
 - IV. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e outros encargos de natureza administrativa cuja incidência se relacione com o objeto contratado;
 - V. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal.
 - VI. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

9 DO PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.
- 9.2 No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) banco; nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).
- 9.3 O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela contratada, para que seja lavrada certidão de recebimento (em definitivo) ou atestada execução irregular do objeto, de forma devidamente circunstanciada, o que implicará, neste caso, a suspensão do prazo para pagamento.
- 9.4 O pagamento será efetivado no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da certidão de recebimento em definitivo do objeto, salvo em caso de necessidade de abertura de processo para apuração de penalidade, quando esse prazo será de 15 dias úteis.
- 9.5 Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 9.6 Será efetuada a retenção de tributos por ocasião do pagamento das Notas Fiscais/Faturas emitidas por pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme normas que regulamentam o artigo 64, da Lei 9.430 de 27/12/96.
- 9.7 As empresas inscritas no SIMPLES NACIONAL não estão sujeitas à aplicação da tabela de retenção na fonte, desde que apresentem a este Tribunal, junto à Nota Fiscal/Fatura, Declaração em conformidade com as normas que regulamentam o artigo 64 da Lei 9.430/96.
- 9.8 Os valores das multas serão deduzidos das importâncias devidas à Contratada. No caso de multas aplicadas após a efetivação de pagamento total das importâncias devidas, as mesmas deverão ser pagas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme orientações prestadas pelo Tribunal, sob pena de inscrição do débito (multa) na dívida ativa da União, sujeitando a Contratada à execução fiscal, observados os termos estabelecidos pela Portaria MF 49/2004.
- 9.9 O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando responsável por quaisquer contratempos decorrentes da apresentação inexata dos dados fornecidos.
- 9.10 Nos casos de atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a atualização monetária será calculada da seguinte forma:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10 DAS PENALIDADES

- 10.1 Pelas infrações decorrentes da contratação assumida com este Tribunal, a licitante e a CONTRATADA estarão sujeitas, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste edital, nas Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005.
- 10.2 Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:
- 10.2.1 Havendo inexecução parcial, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor remanescente da quantidade registrada;
- 10.2.2 Havendo inexecução total, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total da quantidade registrada;
- 10.2.3 Havendo atraso na entrega do produto, multa moratória de 1% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do produto em mora;
- 10.2.4 Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste Termo de Referência para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa punitiva de 0,5% por ocorrência, calculada sobre o valor total da quantidade registrada.
- 10.3 Atingido o limite de 10 dias úteis, e a critério do Tribunal, NÃO será permitida a entrega dos produtos, ficando a contratada sujeita à rescisão unilateral da avença, multa e demais cominações legais previstas.
- 10.4 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou em receber a nota de empenho ou instrumento equivalente caracteriza o descumprimento total da contratação, sujeitando a licitante às sanções previstas nos itens 10.2.2 e 10.6 deste Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 10.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.
- 10.6 Nos termos do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, recusar o recebimento da nota de empenho ou de instrumento equivalente, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e neste termo de referência e das demais cominações legais.
- 10.7 Os valores das multas aplicadas serão deduzidos das importâncias devidas à contratada.
- 10.8 Na forma do parágrafo único, do art. 28, do Decreto 5.450/05, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1 Os recursos serão recebidos, processados e decididos com observância do disposto no capítulo V da Lei 8.666/93.
- 11.2 Cabe recurso à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, dos atos de anulação e rescisão do contrato e aplicação das penalidades de multa e impedimento de licitar e contratar com a União.
- 11.3 Os recursos deverão ser dirigidos à Ordenadoria da Despesa, para que reconsidere a decisão ou os encaminhe, devidamente instruídos, à autoridade competente para julgamento.
- 11.4 As peças recursais poderão ser entregues no horário das 12 às 18 horas, no Setor de Protocolo Geral, situado na Rua Vicente Machado, 147 - Curitiba-PR, ou enviadas via e-mail (ordenadoria@trt9.jus.br), fazendo-se acompanhar, no prazo de 48 horas, das originais ou cópias autenticadas.
- 11.5 As peças recursais enviadas via e-mail serão consideradas tempestivas desde que apresentadas até às 18 horas do último dia para interposição do recurso administrativo.

12 DA VINCULAÇÃO

- 12.1 A contratação fica vinculada aos elementos constantes do **Pregão n.º 36/2015** (Processo Geral n.º 391/2015) e aos termos da proposta da empresa contratada.

**PODER JUDICIÁRIO**

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO II – OBJETOS, QUANTIDADES, PARTICIPANTES E PREÇOS MÁXIMOS

ITEM	OBJETO	APRESENTAÇÃO	AQUISIÇÃO IMEDIATA	QUANT. REGISTRO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
1	ÁCIDO PERACÉTICO SOLUÇÃO. SOLUÇÃO DE ÁCIDO PERACÉTICO E PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, COM INIBIDOR DE CORROÇÃO. COMPOSIÇÃO 100 G CONTÉM:ÁCIDO PERACÉTICO: 4 G, PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO: 26 G. KIT CONTENDO 1L DE SOLUÇÃOCONCENTRADA, 1 FRASCO PARA SOLUÇÃO DILUIDA COM BARRIFADOR, FRASCO PARADILUIÇÃO DO PRODUTO COM INDICADORES DE VOLUME. MARCA: PERESAL OU EQUIVALENTE.	KIT	2	4	72,27
2	ADESIVO DENTAL FOTOPOLIMERIZAVEL. COMPOSIÇÃO DA CARGA: 15% DE VIDRO DE BARIO DE 0,4 MICRON (TAL QUAL COMPOSITO POINT 4). AGENTES ADESIVOS EM SOLVENTE A BASE DE ETANOL. ESTE PRODUTO PODE SER USADO DIRETAMENTE NO ESMALTE E/OU DENTINA, COMPOSITO A COMPOSITO, COMPOSITO A PORCELANA E/OU AO METAL. SELAMENTO DE AMALGAMA, UNIAO INDIRETA DE VERNIZES. UNIAO INDIRETA DE INLAYS, ONLAYS E COROAS. COMO ADESIVO PARA NUCLEOS INTRA RADICULAR E CORONARIO RADICULAR. MARCA: 3MM, KERR OU EQUIVALENTE	FRASCO 2,8 ML	3	6	96,00
3	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO.	FRASCO 100 ML	2	4	3,65
4	ALGODÃO HIDROFILO 100% EM BOLAS.	PACOTE COM 175 GRAMAS	90	180	7,24
5	ALGODAO 100% HIDROFILO, EM LENÇOL, BRANCO	ROLO 500 GRAMAS	28	56	13,77



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

6	AMINOÁCIDO HIDROSSOLÚVEL GLICINA. UTILIZADO NOS EQUIPAMENTOS PARA PROFILAXIAS COMUNS. PÓ MINIMAMENTE ABRASIVO PARA REMOÇÃO DE BIOFILME SUB E SUPRAGENGIVAIS MARCA CLINPRO TM PROPHY POWDER 3M OU EQUIVALENTE.	FRASCO 100 GRAMAS	15	30	152,30
7	ANESTESICO INJETAVEL LOCO-REGIONAL PARA USO ODONTOLOGICO CONTENDO CLORIDRATO DE MEPIVACAINA A 2% (MEPIVACAINA HCL 2%) COM EPINEFRINA 1:100.000. TUBETE DE VIDRO. MARCA:DFL OU EQUIVALENTE.	CAIXA 50 UNIDADES	6	12	77,67
8	ANESTESICO TOPICO GEL A BASE DE BENZOCAINA -SABORES VARIADOS	POTE 12 GRAMAS	10	20	7,57
9	ANESTESICO INJETAVEL LOCO-REGIONAL PARA USO ODONTOLOGICO CONTENDO CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA COM FELIPRESSINA 0,03 UI / MI CITOCAÍNA 3% TUBETE PLASTICO MARCA CRISTÁLIA OU EQUIVALENTE.	CAIXA 50 UNIDADES	2	4	50,10
10	BICARBONATO DE SODIO EM PO PARA USO ODONTOLOGICO DABI ATLANTE OU DE GRANULOMETRIA COMPATIVEL COM APARELHO DABI ATLANTE. PACOTES DE 40G	CAIXA 15 PACOTES	4	8	39,67
11	CIMENTO A BASE DE HIDROXIDO DE CALCIO PARA FORRAMENTO CAVITARIO / KIT COM 13 G DE BASE + 11 G DE CATALISADOR. MARCA: DYCAL, LINER OU EQUIVALENTE.	KIT	1	2	28,31
12	CIMENTO PROVISORIO SEM EUGENOL. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE (NÃO RACHA). INDICAÇÃO: CIMENTAÇÃO PROVISÓRIA DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS (PROVISÓRIAS E PERMANENTES): COROAS, PRÓTESES FIXAS, INLAYS E ONLAYS. KIT COM 30G DE BASE E 13G DE PASTA CATALISADORA MARCA: RELYX™ TEMP 3M OU EQUIVALENTE.	KIT	2	4	171,96
13	CIMENTO RESTAURADOR INTERMEDIARIO A BASE DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLIMEROS.KIT CONTENDO PO (38G) + LIQUIDO (15ML). O PRODUTO TEM QUE OFERECER TEMPO DE PRESA MÍNIMO DE 4 MINUTOS À TEMPERATURA DE 22°C. MARCA: IRM OU EQUIVALENTE.	KIT	2	4	80,00



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

14	CIMENTO RESTAURADOR PROVISORIO A BASE DE OXIDO DE ZINCO E SULFATO DE ZINCO. MARCA: CIMPAT OU EQUIVALENTE	POTE 25 GRAMAS	1	2	41,97
15	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILO ESTERIL - TECIDO HIDROFILO 100% ALGODÃO BRANCO, ALVEJADO (ISENTO DE IMPUREZAS, CORANTES, SUBSTÂNCIA GORDUROSAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO); TECIDO NEUTRO, MACIO, ALTAMENTE ABSORVENTE, INODORO E INSÍPIDO; APRESENTA 11 FIOS, 8 CAMADAS - 5 DOBRAS PARA O LADO DE DENTRO, NÃO PERMITINDO FIOS SOLTOS; DIMENSÕES FECHADA 7,5X7,5CM E ABERTA 30X15 CM; CONTÉM FILAMENTO RADIOPACO, QUE É UM MATERIAL INOCUO, IMPREGNADO COM NO MÍNIMO 55% DE SULFATO DE BÁRIO, QUE REPRESENTA A RADIOPACIDADE AO RAIO-X; PRODUTO ESTERIL; ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE ÓXIDO DE ETILENO.	PACOTE 10 UNIDADE	350	700	1,46
16	COMPRESSA CAMPO CIRURGICA 45 X 50, 100 % ALGODÃO.	EMBALAGEM 10 UNIDADES	25	50	29,39
17	CONDICIONADOR ACIDO GEL (ACIDO ORTOFOSFORICO 37%).	SERINGA 2,5 ML	19	38	3,75
18	CONE DE BORRACHA PARA PROFILAXIA INTERPROXIMAL. BORRACHA FLEXIVEL.	UNIDADE	10	20	2,00
19	CREME DENTAL COM FLÚOR, SABOR MORANGO OU TUTI-FRUTTI. MARCA: COLGATE OU EQUIVALENTE.	TUBO 90 GRAMAS	12	24	5,18
20	CUNHA CERVICAL ANATÔMICA EM MADEIRA, DE DIVERSOS TAMANHOS IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES, EM FORMATO PIRAMIDAL, COM ACABAMENTO DELICADO E POLIDO PARA EVITAR LESAR O TECIDO GENGIVAL. O PRODUTO TEM QUE ATENDER AO PADRÃO ESPECIFICADO. MARCA TDV OU EQUIVALENTE. ENVIAR AMOSTRA.	EMBALAGEM 100 UNIDADES	2	4	25,27
21	DAPEN DE BORRACHA PARA USO EM PROFILAXIA.	UNIDADE	2	4	9,55

**PODER JUDICIÁRIO**

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

22	DESENSIBILIZANTE A BASE DE FLUORETO DE SODIO E NITRATO DE POTASSIO A 2%. MARCA : FGM OU EQUIVALENTE	SERINGA 2,5 G	15	30	22,81
23	DIGLUCONATO DE CLORHEXIDINA A 2% - SOLUCAO AQUOSA PARA LIMPEZA DE CAVIDADE.MARCA: FGM OU EQUIVALENTE.	FRASCO 100 ML	3	6	20,12
24	ESCOVA INTERDENTAL CILÍNDRICA ULTRAFINA COM HASTE METALICA DE 2 mm DE DIAMETRO DAS CERDAS. DEVE VIR JUNTO CABO PLASTICO QUE SE ADAPTE A ESTA ESCOVA. CERDAS DE NYLON. MARCA: BITUFO OU EQUIVALENTE.	EMBALAGEM 10 UNIDADES	10	20	10,50
25	EUCALIPOL. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO. MARCA: BIODINAMICA OU EQUIVALENTE.	FRASCO 10 ML	1	2	12,33
26	EVIDENCIADOR DE PLACA. MARCA: BIODINAMICA OU EQUIVALENTE.	FRASCO 500 ML	1	2	18,49
27	FILME RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO PERIAPICAL ADULTO. MARCA: KODAK OU EQUIVALENTE.	CAIXA 150 UNIDADES	2	4	176,33
28	FIO DENTAL RESISTENTE AO DESFIAMENTO E DE DESLIZAMENTO SUAVE. COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA, CERA MICROCRISTALINA E AROMA MENTA. MARCA: SANIFILL OU EQUIVALENTE	ROLO 500 METROS	2	4	14,17
29	FIO DE SUTURA SEDA 3-0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA ESTERILIZADO. CÓDIGO REFERÊNCIA 2762 T ETHICON X-17 OU SIMILAR	CAIXA COM 24 UNIDADES	1	2	68,33
30	FIXADOR PARA RADIOGRAFIAS ODONTOLOGICA, PRONTO P/ USO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA E VALIDADE. EMBALAGEM COM ROSCA. MARCA : KODAK OU EQUIVALENTE.	FRASCO 475 ML	6	12	9,50
31	FLUOR EM GEL NEUTRO, PARA APLICAÇÃO TOPICA, FLUORETO DE SÓDIO 2%. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA,	FRASCO 200 ML	10	20	5,67

**PODER JUDICIÁRIO**

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

	VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO.				
32	FORMOCRESOL EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO. MARCA: BIODINAMICA OU EQUIVALENTE.	FRASCO 10 ML	2	4	10,50
33	GAZE HIDROFILA EM COMPRESSAS 8 CAMADAS, 5 DOBRAS, 11 FIOS/CM2 7,5 X 7,5 CM. PACOTE COM 500 UNIDADES. MARCA: CREMER OU EQUIVALENTE. O PRODUTO NÃO PODE DEIXAR OS FIOS DESALINHADOS E ENROLADOS.	PACOTE 500 UNIDADES	15	30	17,83
34	GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12% - SOLUÇÃO ENXAGUATORIO BUCAL. COM VALVULA DOSADORA. MARCA: NOPLAK OU EQUIVALENTE.	FRASCO 1,1 LITRO	9	18	58,67
35	GORRO CIRURGICO - MODELO FEMININO (TOUCA). MARCA: DESCARPACK OU EQUIVALENTE.	PACOTE 100 UNIDADES	20	40	9,84
36	HIDROXIDO DE CALCIO FOTOPOLIMERIZAVEL. MARCA: BIOCAL OU EQUIVALENTE.	SERINGA 2 GRAMAS	4	8	48,77
37	HIDROXIDO DE CALCIO PRO-ANALISE (EM PO).	POTE 10 GRAMAS	2	4	8,99
38	IODOFORMIO- PO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO.	FRASCO 10 GRAMAS	2	4	28,33
39	KIT PARA POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESINAS COMPOSTAS - ESTOJO COM 7 PONTAS SORTIDAS (2 TAÇAS, 3 MIDI-PONTAS, 2 PONTAS CONICAS INVERTIDAS).	KIT	2	4	75,00
40	LAMINA DE BISTURI NÚMERO 12.	UNIDADES	30	60	0,38

**PODER JUDICIÁRIO**

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

41	LIQUIDO DE MILTON - SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SODIO A 1% . VALIDADE DE PELO MENOS 6 MESES. MARCA: RIOQUIMICA OU EQUIVALENTE. ENVIAR AMOSTRA.	FRASCO 1 LITRO	3	6	10,00
42	LUVA AMBIDESTRA PARA PROCEDIMENTOS EM LATEX TAMANHO PEQUENO	CAIXA 100 UNIDADES	25	50	22,00
43	LUVA AMBIDESTRA PARA PROCEDIMENTOS EM LATEX TAMANHO EXTRA-PEQUENO	CAIXA 100 UNIDADES	25	50	22,33
44	LUVA DE BORRACHA (MODELO DOMESTICO) -TAMANHO P.	PAR	4	8	4,57
45	LUVAS CIRURGICAS EM LATEX ANTIDERRAPANTE - FORMATO ANATOMICO TALCADA COM PÓ BIOABSORVIVEL, PUNHO LONGO - BAINHA ULTRA-RESISITENTE - HIPOALERGICA - ESTERILIZADA - TAM 7,5	PAR	8	16	2,43
46	LUVAS CIRURGICAS EM LATEX ANTIDERRAPANTE - FORMATO ANATOMICO TALCADA COM PÓ BIOABSORVIVEL, PUNHO LONGO - BAINHA ULTRA-RESISITENTE - HIPOALERGICA - ESTERILIZADA - TAM 8,0	PAR	7	14	2,43
47	LUVA DE PROCEDIMENTOS EM LATEX DESCARTAVEL - CANO CURTO - AMBIDESTRA - TALCADA- TAM M	CAIXA 100 UNIDADE	15	30	22,00
48	LUVA DE PROCEDIMENTOS - EM VINIL DESCARTAVEL - CANO CURTO - AMBIDESTRA - TALCADA- TAM G	CAIXA 100 UNIDADE	3	6	23,67
49	MANDRIL P/ DISCOS DE FELTRO NO CONTRA-ÂNGULO. ENGATE RÁPIDO.	UNIDADE	20	40	12,68
50	OLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA ROTAÇÃO 100% MINERAL COM PONTA APLICADORA.	FRASCO 100 ML	6	12	23,63
51	OLEO LUBRIFICANTE PARA BAIXA ROTAÇÃO 50% MINERAL E 50% DETERGENTE COM PONTA APLICADORA.	FRASCO 100 ML	3	6	22,80



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

52	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO USO ODONTOLOGICO EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO. MARCA: BIODINAMICA OU EQUIVALENTE.	FRASCO 20 ML	1	2	13,47
53	PASSA FIO. MARCA: SANIFILL OU EQUIVALENTE.	EMBALAGEM 50 UNIDADES	2	4	6,93
54	PASTA PARA POLIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS. GRANULAÇÃO EXTRA-FINA. MARCA: DIAMOND FGM OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE.	SERINGA 4 GRAMAS	5	10	34,00
55	PASTA PROFILATICA C/ FLUOR. MARCA: HERJOS OU EQUIVALENTE.	TUBO 90 GRAMAS	24	48	9,00
56	PEDRA POMES PARA PROFILAXIA, EXTRA FINA, MASSA POROSA ACINZENTADA, MUITO LEVE, ÁSPERA, INALTERÁVEL AO AR, INODORA E INSÍPIDA. MARCA SSWHITE OU EQUIVALENTE.	FRASCO 100 GRAMAS	2	4	4,80
57	PINCEL COM CERDAS PARA APLICAÇÃO DE SELANTE, TAMANHO APROXIMADO 2,4 CM, PACOTE COM 50 UNIDADES. MARCA: TECHNEW OU EQUIVALENTE.	EMBALAGEM 50 UNIDADES	1	2	26,93
58	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM NANOCARGAS DISPERSAS E NANOCUSTERS, O QUE CONFERE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, TRAÇÃO E COMPRESSÃO E ALTO POLIMENTO. É IMPORTANTE QUE TENHA COMPROVADAMENTE NANOTECNOLOGIA, OU SEJA, CARGAS NANOMÉTRICAS DISPERSAS OU AGLUTINADAS NA CARGA DO GMA. COR B1B. Z350 MARCA 3M OU EQUIVALENTE.	SERINGA 4 GRAMAS	3	6	116,67
59	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM NANOCARGAS DISPERSAS E NANOCUSTERS, O QUE CONFERE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, TRAÇÃO E COMPRESSÃO E ALTO POLIMENTO. É IMPORTANTE QUE TENHA COMPROVADAMENTE NANOTECNOLOGIA, OU	SERINGA 4 GRAMAS	4	8	116,67



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

	SEJA, CARGAS NANOMÉTRICAS DISPERSAS OU AGLUTINADAS NA CARGA DO GMA. COR B2B. Z350 MARCA 3M OU EQUIVALENTE.				
60	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM NANOCARGAS DISPERSAS E NANOCUSTERS, O QUE CONFERE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, TRAÇÃO E COMPRESSÃO E ALTO POLIMENTO. É IMPORTANTE QUE TENHA COMPROVADAMENTE NANOTECNOLOGIA, OU SEJA, CARGAS NANOMÉTRICAS DISPERSAS OU AGLUTINADAS NA CARGA DO GMA. COR A2B. Z350 MARCA 3M OU EQUIVALENTE.	SERINGA 4 GRAMAS	5	10	116,67
61	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM NANOCARGAS DISPERSAS E NANOCUSTERS, O QUE CONFERE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, TRAÇÃO E COMPRESSÃO E ALTO POLIMENTO. É IMPORTANTE QUE TENHA COMPROVADAMENTE NANOTECNOLOGIA, OU SEJA, CARGAS NANOMÉTRICAS DISPERSAS OU AGLUTINADAS NA CARGA DO GMA. COR A1B. Z350 MARCA 3M OU EQUIVALENTE.	SERINGA 4 GRAMAS	3	6	116,67
62	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM NANOCARGAS DISPERSAS E NANOCUSTERS, O QUE CONFERE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, TRAÇÃO E COMPRESSÃO E ALTO POLIMENTO. É IMPORTANTE QUE TENHA COMPROVADAMENTE NANOTECNOLOGIA, OU SEJA, CARGAS NANOMÉTRICAS DISPERSAS OU AGLUTINADAS NA CARGA DO GMA. COR A3B. Z350 MARCA 3M OU EQUIVALENTE.	SERINGA 4 GRAMAS	5	10	116,67
63	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM 100% DE NANOPARTÍCULAS, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM NANOCARGAS DISPERSAS E NANOCUSTERS, O QUE CONFERE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, TRAÇÃO E COMPRESSÃO E ALTO POLIMENTO. É IMPORTANTE QUE TENHA COMPROVADAMENTE NANOTECNOLOGIA, OU SEJA, CARGAS NANOMÉTRICAS DISPERSAS OU AGLUTINADAS NA CARGA DO GMA. COR A3,5B. Z350 MARCA 3M OU EQUIVALENTE.	SERINGA 4 GRAMAS	4	8	116,67



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

64	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLUIDA COM 100% DE NANOPARTICULAS, COR A1 MARCA: NATURAL FLOW DFL OU EQUIVALENTE. ENVIAR AMOSTRA.	SERINGA 1,2 GRAMAS	4	8	31,67
65	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLUIDA COM 100% DE NANOPARTICULAS, COR A2 MARCA: NATURAL FLOW DFL OU EQUIVALENTE. ENVIAR AMOSTRA.	SERINGA 1,2 GRAMAS	4	8	31,67
66	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLUIDA COM 100% DE NANOPARTICULAS, COR A3 MARCA: NATURAL FLOW DFL OU EQUIVALENTE. ENVIAR AMOSTRA.	SERINGA 1,2 GRAMAS	4	8	31,67
67	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLUIDA COM 100% DE NANOPARTICULAS, COR A3,5 MARCA: NATURAL FLOW DFL OU EQUIVALENTE. ENVIAR AMOSTRA.	SERINGA 1,2 GRAMAS	4	8	31,67
68	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLUIDA COM 100% DE NANOPARTICULAS, COR GENGIVA MARCA: NATURAL FLOW DFL OU EQUIVALENTE. ENVIAR AMOSTRA.	SERINGA 1,2 GRAMAS	2	4	28,00
69	REVELADOR PARA RADIOGRAFIAS ODONTOLOGICA, PRONTO P/ USO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA E VALIDADE. EMBALAGEM COM ROSCA. MARCA : KODAK OU EQUIVALENTE.	FRASCO 475 ML	6	12	10,33
70	SABONETE LIQUIDO ANTISSEPTICO GLICERINADO PARA AS MAOS.	FRASCO 1 LITRO	17	34	19,43
71	SELANTE DE FOSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZAVEL COM 50% EM PESO DE CARGAS INORGANICAS, COM LIBERADOR DE FLUOR E SEM ESCOAMENTO. COMPOSIÇÃO: BIS-GMA URETANO MODIFICADO, TRIETILENO GLICOL DI-METACRILATO, BOROSILICATO DE ALUMINIO E BARIO, ESTER TETRACRILICO ACIDO FOSFORICO, FLUORETO DE SODIO, N-METIL DIETANOLAMINA E CANFOROQUINONA. SERINGAS COM 2 GRAMAS DE SELANTE. COR: BRANCA. MARCA: DENTSPLY OU EQUIVALENTE.	05 SERINGAS	5	10	132,70
72	SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SODIO A 0,2%. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA	FRASCO 200 ML	8	40	8,88



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

	SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO. MARCA: FLUORSOL OU EQUIVALENTE.				
73	SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO A 0,05%. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU O Nº DE ISENÇÃO DO MESMO. MARCA: FLUORSOL OU EQUIVALENTE.	FRASCO 200 ML	11	55	13,10
74	SONDA PERIODONTAL MODELO UNC 15MM. PESO DE 20 GR COM PONTAS ATIVAS CONTENDO 19% DE CROMO E 0,025% DE CARBONO E MARCADORES PRETOS EXATOS LISAMENTE, QUE NAO LASQUEM, NAO DESPRENDAM E NAO PERCAM A COLORAÇÃO.CABO TUBULAR COM DIAMETRO DE 9,4MMM, CONTENDO 18% DE CROMO E 0,08% DE CARBONO. GARANTIA MINIMA DE UM ANO. MARCA: HU-FRIEDY OU SIMILAR.	UNIDADE	8	16	118,25
75	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% , SOLUÇÃO LÍMPIDA, APIROGÊNICA E ESTÉRIL	FRASCO 250 ML	120	240	4,13
76	SUGADOR PLASTICO DESCARTAVEL PARA USO ODONTOLOGICO. SOLICITAMOS O ENVIO DE AMOSTRAS PELO LICITANTE VENCEDOR, PARA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, CUJA PONTEIRA NAO SOLTE DO TUBO PLASTICO, O QUE PODE OCASIONAR A ASPIRAÇÃO DA MESMA PELO PACIENTE. MARCA: DFL OU EQUIVALENTE.	PACOTE 40 UNIDADES	50	100	6,87
77	TIRAS DE LIXA EM AÇO INOXIDÁVEL, MALEÁVEL, COM APLICAÇÃO DE CAMADA REGULAR DE ABRASIVOS A BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO E CENTRO NEUTRO.LARGURA DE 4 MM - SEM REBARBAS CORTANTES. ENVIAR AMOSTRA.	EMBALAGEM 12 UNIDADES	6	12	11,83
78	VASELINA SOLIDA. TUBO COM 30 GRAMAS.	TUBO 30 GRAMAS	5	10	5,67
79	VERNIZ DE FLUORETO DE SÓDIO A 5% PARA TRATAMENTO DE HIPERSENSIBILIDADE DENTINARIA. KIT CONTENDO VERNIZ (10ML) E SOLVENTE (10ML). MARCA: SSWHITE OU EQUIVALENTE.	FRASCO 10 ML	2	4	29,45



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

80	COLETOR DE RESÍDUOS (PACOTE DE PIPOCA OU AMENDOIM) TAMANHO MEDIO: LARGURA ENTRE 7.5 E 11 CM. E ALTURA ENTRE 12 E 15CM. ITEM PODE SER ENCONTRADO NA CASA DAS EMBALAGENS.	PACOTES COM 500 UNIDADES	6	12	7,94
81	PULVERIZADOR MANUAL, DUPLA AÇÃO, FRASCO COM APLICADOR DE 500 ML., WD-40. MARCA THERON OU EQUIVALENTE.	UNITÁRIO	2	4	7,77



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1 DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
E-MAIL:		
PESSOA PARA CONTATO:		
BANCO:		
AG. N.º:	CONTA CORRENTE N.º:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO nº 36/2015		
NOME:		
CARGO OCUPADO NA EMPRESA:		
RG:	CPF:	
ENDEREÇO:		

2 DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO Nº 36/2015 DO TRT DA 9ª REGIÃO:

ITEM	OBJETO	APRESENTAÇÃO / MARCA	QUANTIDADE REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1				
2				
3				
4				

3 VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMO DE 90 DIAS .

.....
(local e data)

.....
(representante legal)



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e quinze, na sede do TRT da 9ª Região, localizado na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba-PR, CEP 80430-180, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.141.166/0001-16, neste ato representado pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida na Rua _____, Estado do _____, neste ato representado pelo seu _____, Sr. _____, resolvem, nos termos do Decreto 7.892/2013, bem como da Lei 8.666/1993, da Lei 10.520/2002 e, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 36/2015**, devidamente homologado à fl. ____ do aludido processo, REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos objetos a seguir, conforme especificações constantes no Anexo I do edital respectivo.

ITEM	OBJETO	APRESENTAÇÃO / MARCA	QUANTIDADE REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1				
2				
3				
4				

EMPRESA:	
CNPJ	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
PESSOA PARA CONTATO:	
EMAIL:	

CONDIÇÕES GERAIS:

A existência de preços registrados não obriga o TRT 9ª Região a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

As quantidades e o prazo de entrega do objeto obedecerão aos critérios estabelecidos no edital do **Pregão Eletrônico n.º 36/2015**.

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, nos termos do Decreto n.º 7.892/2013.

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento.

(assinatura)

xxxxNOMExxxx

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Órgão Gerenciador

(assinatura)

xxxxNome do representante (sócio/procurador, etc) xxxx
xxxxxEmpresa vencedoraxxxx